

USP, Unicamp e Unesp vão propor a Tarcísio nova regra de financiamento

Ensino superior

USP, Unicamp e Unesp vão propor a Tarcísio nova regra de financiamento

— A ideia é receber 8,63% da receita tributária líquida estadual (R\$ 14 bilhões este ano); mudança é necessária porque ICMS deixará de existir com a reforma tributária

RENATA CAFARDO

As Universidades de São Paulo (USP), Estadual de Campinas (Unicamp) e Estadual Paulista (Unesp) vão apresentar ao governo do Estado uma nova proposta de financiamento das instituições. A ideia é que elas recebam juntas 8,63% da receita tributária líquida estadual, o que representaria atualmente cerca de R\$ 14 bilhões.

A mudança é necessária porque atualmente o orçamento das três principais universidades estaduais representa 9,57% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS), que deixará de existir gradualmente a partir de 2026, por causa da reforma tributária.

A proposta foi elaborada por um grupo técnico com participação de nove professores, três de cada universidade. Segundo os estudos, o novo percentual é equivalente ao mesmo valor recebido hoje.

A ideia já seria apresentada pelos reitores à gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) em reunião ontem, com o secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima, e o titular de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan (ex-reitor da USP). O encontro, no entanto, foi adiado, segundo o governo, e será remarcado.

"É preciso se planejar porque, já em 2026, o ICMS já não vai ser o mesmo de agora", dis-



NILTON FURUDA/ESTADÃO

Novo modelo que pode agradar à USP é semelhante ao da Fapesp

Para entender

● **Como é**
Os 9,57% do ICMS foram definidos por um decreto, de 1989, que determinou a autonomia universitária para USP, Unesp e Unicamp. A autonomia didática, administrativa e financeira, que completa 35 anos em 2024, garantiu que as instituições paulistas se tornassem reconhecidas na América Latina e no mundo. Segundo especialistas, essa independência dos governos permite que as universidades se planejem financeiramente e tenham liberdade para pensar criticamente a sociedade.

Qual é a divisão?

Hoje, da cota de 9,57%, a USP recebe 5%, o que equivale este ano a cerca de R\$ 7,7 bilhões; a Unesp fica com 3,34% (R\$ 3,6 bilhões); a Unicamp, com 2,19% (R\$ 3,3 bilhões);

Como ficaria

O novo índice manteria a mesma proporção na divisão para as três universidades, segundo o ideal, segundo propõem os reitores, seria que o valor fosse fixado na Constituição do Estado ou que fizesse parte de uma lei complementar, para ter garantia de que não seria alterado no futuro.

se ao Estado o reitor da Unesp, Pasqual Barretti. A instituição liderou o grupo técnico, que analisou dados dos orçamentos entre 2012 e 2022 para chegar ao novo percentual. Ele diz ainda que o ideal seria que o valor fosse fixado na Constituição do Estado ou por lei complementar.

NEGOCIAÇÃO E FAPESP. O reitor da USP, Carlos Gilberto Carloti, afirma que as negociações ainda estão em andamento com a gestão Tarcísio de Freitas e há espaço para que o novo percentual seja discutido com os técnicos.

"Somente com a definição final do imposto estadual é que isso poderá ser definido. Lembro as palavras do governo de que o valor nominal será mantido. Essa é a premissa mais importante na discussão do financiamento das universidades", afirma Carloti.

O novo modelo é semelhante à fórmula aplicada hoje à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que é financiada por 1% da receita tributária do Estado, algo previsto na Constituição paulista. O órgão, essencial para pesquisas nas três universidades - já que cerca de 90% do orçamento de USP, Unesp e Unicamp vão para salários -, protagonizou embates com a gestão Tarcísio após o governo abrir a possibilidade de reduzir o seu orçamento em 30% neste ano.

A indicação está no artigo 22 da última proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que ainda será votada no próximo mês na Assembleia Legislativa. Ele diz que a destinação tem de seguir, a partir de 2025, também "os termos" do artigo 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Essa emenda constitucional prevê que 30% das receitas relativas a impostos e taxas podem ser desvinculadas até 2032. Ou seja, as verbas podem ser usadas em outras áreas.

35 anos de autonomia Os 9,57% do ICMS foram definidos por um decreto de 1989; mas gestão atual já acenou com mudanças

Mesmo havendo a vinculação de 1% da receita tributária para a Fapesp, o Estado terá a opção de desvincular 30% desse valor. E a emenda constitucional federal é o respaldo legal para a prática. O governo diz que a mudança no texto não significa necessariamente que o orçamento será reduzido, mas que pode desvincular receitas se necessário. Essa possibilidade não era citada nas leis orçamentárias de anos anteriores. Este ano, o governo já recuou, após reportagem do Estadão, do plano de diminuir a fatia do orçamento de USP, Unicamp e Unesp. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Metrôpole Caderno: A Pagina: 20